

Enredo discursivo: dizeres dos sujeitos abarcados pela Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva nas escolas públicas de educação básica da região Litoral Norte/RS

Daiana Bastos da Silva Santos¹
Helena Venites Sardagna²

Resumo

O presente trabalho analisa dados acerca do processo de implementação da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva nas escolas públicas de educação básica da região Litoral Norte, com foco no Atendimento Educacional Especializado (AEE). Tem como objetivos: aprofundar e contribuir para a produção de conhecimento sobre as políticas de inclusão escolar, mais especificamente do AEE no contexto estadual do RS, bem como identificar demandas emergentes acerca da inclusão em escolas públicas da região em questão. A abordagem qualitativa utiliza a técnica de entrevistas semiestruturadas, compreendidas dentro de um campo discursivo, que controla e regula a produção discursiva. Os dados foram descritos, analisados e organizados em eixos, a partir das recorrências discursivas elencadas das entrevistas semiestruturadas. A abordagem analítica baseia-se na análise do discurso, a partir da noção foucaultiana de discurso (FOUCAULT, 2002), considerando também a perspectiva da educação inclusiva, no cruzamento com o contexto da investigação. Da pesquisa emergiram alguns apontamentos, como o delineamento de dois movimentos nos dizeres das entrevistadas: primeiro um movimento de visibilidade da necessidade de se operacionalizar a inclusão de acordo com as políticas públicas; um segundo movimento que vai dizer a respeito da perspectiva inclusiva e dos processos inclusivos vistos de diferentes lugares dentro da educação.

Palavras-chave: Educação Especial, Atendimento Educacional Especializado, Inclusão. Discurso.

Discursive plot: sayings of the subjects covered by the National Policy of Special Education from the perspective of inclusive education in the public schools of basic education of the region Litoral Norte / RS

Abstract

This paper analyzes data about the implementation process of the National Special Education Policy from the perspective of inclusive education in the public primary education schools of the North Coast region, focusing on Specialized Educational Assistance (SEA). Its objectives are: to deepen and contribute to the production of knowledge about school inclusion policies,

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS.

² Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

specifically the SEA in the state context of RS, as well as to identify emerging demands on inclusion in public schools in the region in question. The qualitative approach uses the technique of semi-structured interviews, understood within a discursive field, which controls and regulates discursive production. The data were described and analyzed, organized into axes, from the discursive recurrences listed in the semi-structured interviews. The analytic approach is based on discourse analysis, based on the Foucaultian notion of discourse (Foucault, 2002), also considering the perspective of inclusive education, in the intersection with the research context. From the research emerged some notes, such as the design of two movements in the interviewees' statements: first a movement of visibility of the need to operationalize inclusion in accordance with public policies; A second movement that will say about the inclusive perspective and inclusive processes seen from different places within education.

Key words: Special Education, Specialized Educational Assistance, Inclusion, Speech.

Introdução

Evidenciamos na contemporaneidade uma crescente preocupação com a educação inclusiva, principalmente no contexto nacional. A inclusão passou a ocupar um lugar de evidência neste contexto, “[...] ao ocupar o status de imperativo de Estado e tornar-se uma das estratégias contemporâneas mais potentes para que o ideal da universalização dos direitos individuais seja visto como uma possibilidade.” (LOPES&FABRIS, 2013, p.7). Como salientam Alfredo Veiga-Neto e Maura Corcini Lopes (2007), a escola contemporânea pode ser pensada como uma instituição de sequestro, onde todos devem passar. Nesse sentido, a escola torna-se um lócus importante de efetivação da condução de condutas dos sujeitos. Nesse sentido, a inclusão é compreendida dentro de um sistema neoliberal, que se efetiva por meio de estratégias de poder, como as políticas públicas no âmbito da educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

Aspiramos aprofundar as reflexões sobre o tema da educação e práticas inclusivas, empregando o referencial teórico-metodológico foucaultiano como ferramenta de análise. O estudo estará contribuindo para a produção de

conhecimento da educação inclusiva e da educação num sentido amplo, embasado em uma perspectiva pós-estruturalista, que concorda “[...] que não existe uma ordem universal e um modelo único de racionalidade”. (SARDAGNA, 2008, p. 23).

O estudo utiliza a noção de governamentalidade, como “o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permite exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança” (FOUCAULT, 1992, p. 291).

Também o conceito de discurso, que “[...] não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.” (FOUCAULT, 2014, p. 10).

A análise de discurso parte da descrição das entrevistas semiestruturadas com sujeitos envolvidos com o AEE, com o propósito de elencar narrativas em comum, realizando um cruzamento e destacando as recorrências discursivas. Dessa análise, foram elencados eixos analíticos intitulados: Enredo Discursivo: os dizeres dos sujeitos abarcados pelo AEE, desdobrados nos seguintes sub eixos: Operacionalização da Inclusão: as políticas públicas como termômetro; e Perspectiva inclusiva: o lócus delineando o olhar.

O estudo não tem a preocupação em desvelar a verdade escondida nos discursos da educação especial, tampouco busca definir a inclusão escolar como a solução para as questões educacionais, ou se dispõe a realizar qualquer juízo de valor. Ao contrário, se propõe a problematizar e evidenciar as aproximações e os distanciamentos produzidos na disputa política pelo

governo, no sentido da condução de condutas, por meio de estratégias de controle da população.

Inclusão como política pública

Para entender a inclusão como um processo datado, faz-se necessário um breve retrospecto histórico da emergência da temática inclusiva. Foucault (1995 b, p. 232) salienta que “necessitamos de uma consciência da situação presente”. Ou seja, ser capaz de conceber o dado histórico como um acontecimento³ localizado no tempo e espaço.

A década de 90 constituiu-se como um marco para as pessoas com deficiência de todo o mundo, com o advento da fortificação de políticas públicas que atendem a lógica neoliberal, com a realização da Conferência Mundial de Educação para Todos, na Tailândia, assim, como a Assembléia Geral realizada em Salamanca, em 1994. Dessa última se gerou a resolução denominada Declaração de Salamanca que orienta os países participantes quanto à elaboração de políticas e de práticas inclusivas.

Na década 90, ainda é elaborado no Brasil o Estatuto da Criança e do adolescente que vem reforçar, através da prerrogativa legal a obrigatoriedade dos pais e responsáveis de matricular seus filhos na rede regular de ensino. Esse processo indicia elementos para se pensar uma governamentalidade que

³ Por acontecimento Foucault entende, primeiramente de maneira negativa, um fato para o qual as análises históricas se contentam em fornecer uma descrição. O método arqueológico foucaultiano procura, em contraposição, reconstituir por trás do fato toda uma rede de discursos, de poderes, de estratégia e de práticas. [...] Não obstante, num segundo momento, o termo “acontecimento” começa a apresentar-se em Foucault de maneira positiva, como uma cristalização de determinações que opõe à ideia de estrutura. [...]. O programa de Foucault torna-se, portanto, a análise das diferentes redes e níveis aos quais pertencem alguns acontecimentos. (REVEL, 2011, p.61, grifo do autor). E é sobre essa segunda concepção de acontecimento, que sustento a análise nesse trabalho.

se institui como política, dentro do campo da biopolítica 4 , política da vida, e direcionada para o comando das massas, da população. Todos devem passar pela maquinaria da escola, que por sua vez, tem as suas engrenagens voltadas a atender a lógica neoliberal, operando sobre os sujeitos a ela submetidos na direção de uma condução de conduta dos mesmos. Nesse sentido, a inclusão se edifica como um dispositivo de controle de massas, no contexto biopolítico e utilizando como instrumento as políticas públicas, como uma das táticas para a sua efetivação.

Consequente a essa configuração, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001 vem, resumidamente, no seu artigo 2º, determinar que todos os sistemas de ensino devem matricular a todos os alunos, e vai além, ao dispor que a escola deve assegurar as condições para uma educação de qualidade a todos. Direciona dessa forma, a responsabilidade para a escola, de se organizar para oferecer esse atendimento. Contemplando essa breve retrospectiva da Política da Educação Especial no Brasil, o inciso 2º do Art. 2º do Decreto Nº 7611 de 17 de novembro de 2011 dispõe sobre o atendimento educacional especializado (AEE):

O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas. (BRASIL, 2011).

O documento assegura a integração entre a escola e a família, na promoção do AEE. O imperativo da lei prevê que não basta apenas a integração, mas sim, trabalhar que a inclusão atinja a todos. Nesse sentido, incluir abrange participação e não apenas a presença do sujeito em si.

A Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências, prevê em seu Artigo 2º, “a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação” (BRASIL, 2014). E a Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência, anuncia, no Artigo 1º, que deve-se “[...] assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania”.

Nessa perspectiva, as políticas direcionadas à educação especial devem ser compreendidas dentro de um contexto maior que contempla e é permeado por aspectos sociais, econômicos e políticos. Em um contexto contemporâneo segue a lógica da construção histórica legal, resultante de um processo e de influências oriundas de interesses diversos, que possibilitaram a configuração do discurso da inclusão, como prática discursiva, e como imperativo de Estado, que como tal destina-se a atingir a todos, independente das suas vontades.

Dizeres dos sujeitos abarcados pelo AEE

O conceito de discurso em Foucault constitui um conjunto de dizeres que podem pertencer a campos de saberes diferentes, mas que seguem a regras de funcionamento comuns. Assim, o discurso se configura como uma estratégia de poder a ponto de ser proferido e reproduzido, de estar presente em diversos campos de conhecimentos, por meio das narrativas discursivas, as quais dentro desse espaço privilegiado de dominação exercem os seus mais temíveis poderes.

Foucault posiciona em “A ordem do discurso”, o que há de produtivo na proliferação de discursos. Para tanto, salienta que vivemos em uma sociedade de controle, onde não “dizemos” aquilo que está fora da ordem do discurso, pelo fato de que pensamos a partir dessas discursividades, mostrando que o nosso pensamento é forjado por esses discursos que estão na “ordem do discurso”. Assim foram controlados por táticas próprias, sem que os indivíduos percebam.

[...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e seus perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 2014, p. 8-9).

Nessa perspectiva, o discurso, não apenas traduz os sistemas de dominação, as lutas, “[...] mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. (FOUCAULT, 2014, p. 10). Dentre dessa lógica, nem todos os sujeitos podem enunciar discursos, há discursos não reconhecidos pela sociedade, que não podem e não devem circular como os dos outros.

Apropriando-nos dessas lentes voltamos o nosso olhar para as recorrências discursivas elencadas das entrevistas semiestruturadas, mais precisamente três entrevistas, com indivíduos envolvidos com o atendimento educacional especializado, e que ocupam diferentes lugares dentro do processo inclusivo. As entrevistadas estão sobre a regência da 11ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE), sendo: uma gestora, uma supervisora de escola e uma professora do AEE, caracterizando três níveis pesquisados, que são os contextos da pesquisa: órgão público de educação; escola; e espaço de atendimento para apoio à inclusão na sala de aula. Ressaltamos que todas foram em diferentes níveis e de diferentes formas interpeladas pelas políticas nacionais de educação inclusiva.

A 11ª Coordenadoria de educação abrange um contingente de 25 municípios e possui o total de 104 escolas vinculadas, das quais 28 possuem sala de recursos. Ainda existem quatro escolas que estão com o processo de autorização para obtenção da sala de AEE em andamento, pois não foram contempladas pelo governo federal, mas possuem alunos com deficiência.

Diante dessa demanda e visibilidade, o Estado como gestor, volta-se a questão educacional inclusiva. Devido a uma sustentação legal e de subjetividade social constituída, de que é do Estado a responsabilidade de atender as demandas sociais. E essa demanda é reforçada em lei, onde a inclusão se configura como uma prerrogativa legal, conquistando seu espaço como Política Educacional.

Com a utilização das entrevistas semiestruturadas, ou seja, acompanhadas de um roteiro, de forma alguma procuramos desvelar a verdade nas falas dos entrevistados. Pelo contrário, nos afastamos do entendimento da adoção do instrumento entrevista, como uma forma de se obter a verdade, de revelação da mesma. Nosso objetivo com esse instrumento de coleta de dados, é que os entrevistados possam narrar sobre o processo inclusivo do lugar que ocupam dentro desse processo. Posteriormente, identificar a recorrência de determinados discursos.

As entrevistas são tomadas como uma possibilidade de evidenciar discursividades no campo da educação inclusiva e a sua articulação com as políticas públicas, posicionadas em discursos que funcionam como estratégias de controle e regulação. Entendemos a entrevista em um contexto sem neutralidade, num campo discursivo que controla e regula a produção discursiva, permitindo que alguns ditos sejam pronunciados em determinados

espaços e por determinadas pessoas, compreendendo, nesse sentido, que existe uma ordem do discurso, que controla a sua produção.

As entrevistas foram gravadas em um local ameno, silencioso e onde não houvesse interrupções. Seguiu-se um roteiro pré-estruturado para guiar a “conversa”, conduzida pelas narrativas dos entrevistados e de acordo com que eles traziam nos seus dizeres. Aqui nos aproximamos do entendimento de entrevista como “um emaranhado de significados”, conforme Silveira (2002, p.134). Compreendemos que o que está em jogo nas narrativas dos entrevistados são visões de mundo, jogos de poder, bem como representações que provocam o entrevistado a falar de si, do que o perpassa, enquanto sujeito.

As entrevistas, por sua vez, foram transcritas, apreciadas pelas participantes para possíveis alterações. Posteriormente foram analisadas por meio de cruzamentos, elencando recorrências narrativas que geraram eixos analíticos.

Operacionalização da inclusão: as políticas públicas como termômetro

Contemporaneamente o discurso que permeia a educação é o de que é necessário incluir, colocar em prática a inclusão. E esse discurso é evidenciado por recorrências discursivas que podem ser observadas nos documentos legais e nos enunciados, nas instituições as quais as práticas inclusivas estão presentes, em especial na educação. Nesse sentido as práticas inclusivas incidem não somente sobre os indivíduos, como na população, por meio de mecanismos e/ou estratégias de regulação, onde as políticas públicas posicionadas nos discursos da educação inclusiva funcionam nessa esfera de regulação e controle da população.

Nessa perspectiva, as práticas não se restringem às atividades dos sujeitos. Elas são produtivas e são sempre interpeladas por discursos, de modo que não existe prática livre do sistema discursivo, ou seja, discursos constituem práticas. A própria teoria é constituída pelas mesmas regras que constituem a prática. Assim, teoria e prática não se dissociam. (SARDAGNA, 2008, p.23).

Dentro dessa pesquisa pode-se salientar uma recorrência contínua, por parte dos entrevistados, nomeada por eles “operacionalizar”. Salientamos que essa recorrência advém de uma emergência do discurso da inclusão, observado por meio de uma retrospectiva histórico-legal, sendo assim, o discurso inclusivo, não passou a operar e ser dito instantaneamente e tem as suas raízes demarcadas. Essas recorrências discursivas encontradas nos ditos das entrevistadas, também obedecem a essa ordem discursiva da inclusão.

Então quer dizer esse é o nosso sonho, a nossa realidade maior, poder operacionalizar e dar condições, recursos, acessibilidade mais formações. Por que, na minha opinião particular, é uma perspectiva de educação inclusiva, nós estamos construindo esse caminho. (ENTREVISTADA 1, grifo do autor).

Em muitos momentos a Entrevistada 1 profere o verbo operacionalizar, nas suas mais variadas formas. “Muitas incoerências no sentido assim, que a legislação existe e a gente não consegue operacionalizar, não consegue ter o recurso, não consegue ter o RH, o profissional qualificado”. (ENTREVISTADA 1). Nessa perspectiva operacionalizar envolve ações que implicam a condução de condutas. Percebe-se nas entrevistadas, um conjunto de intenções que denotam o desejo de operar a inclusão, táticas e /ou estratégias que as perpassam enquanto sujeitos, subjetivam- nas. Assim, as mesmas tomam para si essa responsabilidade de operacionalizar.

A operacionalização está interligada com o que a legislação pertinente ao campo da inclusão define e contempla, em forma de lei. Ou seja, fica ressaltado pelas entrevistadas e mais evidenciado por parte da gestão, que é

necessário incluir e que o processo deve “obedecer” o que preconiza a legislação”.

O maior obstáculo para a efetivação da inclusão é colocar em prática todo o processo inclusivo. Poder operacionalizar o que a legislação determina junto com toda a comunidade escolar. Operar esses indicativos se torna nosso maior objetivo. Os programas do governo possibilitam recursos para tal, mas a efetivação repito, a operacionalização, não é algo simples e fácil. (ENTREVISTADA 2).

O discurso da inclusão é tão presente, que chega a traçar uma linha tênue entre a inclusão e a exclusão, limitando os espaços. Esse discurso subjetivou os indivíduos, a ponto de não existir um espaço dentro da instituição escola, onde possam ser concebidos discursos contrários à inclusão. O discurso da inclusão se edificou por meio de movimentos, de acontecimentos. “[...] o acontecimento é um efeito transitório decorrente da força inerente a toda coisa do mundo, a todo corpo, de onde emanam forças de diferentes tipos”. (CASTELO BRANCO, 2015, p. 45). Esse acontecimento se estabelece por meio das relações de poder e jogo de forças, e estar fora desse discurso, negar a inclusão como uma prática, pode implicar procedimentos de exclusão.

Eu acredito, aqui pelo menos na nossa escola, agente ergue a bandeira de que a nossa escola é inclusiva, agente sempre diz. Inclusive a gente diz assim, se tem alguém, eu sempre faço uma fala no início do ano, não expondo o aluno, claro, mas dizendo que se alguém se sente incomodado por ter uma pessoa diferente na sala, seja por não ser igual a ele, ou seja, por cor ou opção sexual, que procure outra escola. Que aqui essa escola é assim funciona assim, sempre prima por isso aí, por ser uma escola inclusiva. (ENTREVISTADA 3).

Nesse dizer pode se perceber que pela inclusão se passa a governar a conduta dos sujeitos, operando via estratégias de regulação da população, como a legislação, e por meio de processos de constituição de si, que fazem de mim o que sou. O discurso da inclusão se consolida no campo educacional, a ponto de ser pronunciado, reproduzido, anunciado, mas permanentemente dito. Configura-se como um elemento que conduz condutas, que subjetiva os

indivíduos. Novamente a ideia da operacionalização é evidenciada, uma vez que operacionalizar se configura como essencial, como se existisse um consenso, por parte dos entrevistados quanto à inclusão estar diretamente relacionada à operacionalização, o que não deixa de ser uma forma de condução de condutas, ou seja, operar sobre mim em relação à questão inclusiva, estando assim, me governando, ao mesmo tempo, governando o outro, e valendo-se das políticas como termômetro dessa operacionalização em forma de governo.

Esses dizeres que partem dos entrevistados não estão seccionados de toda a produção contemporânea discursiva no campo inclusivo, que se posiciona em articulação com a legislação pertinente. Os discursos em favor da inclusão que circundam a escola e a educação, não circulam apenas nesses espaços, além de obedecerem a regras de produção específicas, tendo a sua emergência acompanhada e em constante articulação com a legislação pertinente e com a lógica neoliberal, de produção e concorrência.

Perspectiva inclusiva: o lócus delineando o olhar

A perspectiva da educação inclusiva, embora permeada por um discurso abrangente da inclusão, se delimita de acordo com o lócus de onde se posiciona o olhar, ou seja, a lente que o sujeito utiliza para delinear a proposta inclusiva está em constante conexão com o lugar de onde esse mesmo sujeito olha e que ocupa no processo inclusivo.

É complicado dizer qual a perspectiva, eu acho, que a perspectiva, o que a gente gostaria como 11^o e, eu acredito, que todos os professores que trabalham no AEE, as equipes diretas das escolas, os coordenadores da casa, é que se consiga realmente dar condições para que a educação inclusiva seja realmente operacionalizada nas escolas. (ENTREVISTADA 1).

A entrevistada 1, na esfera da gestão, relaciona a perspectiva de inclusão diretamente à operacionalização da mesma, sendo atributos da gestão colocar em prática, gerir, operacionalizar, dar subsídios para que o processo inclusivo se efetive, ela reproduz essa atribuição em forma de perspectiva inclusiva.

Se observarmos como a professora da sala do AEE, define a perspectiva inclusiva, veremos outros movimentos que dizem respeito às lentes utilizadas e se relacionam com o lócus de ocupação da mesma no processo inclusivo.

Eu acredito muito na educação inclusiva. A gente tem muito trabalho e muito preconceito ainda, mesmo sendo assim muito divulgado na mídia e tendo muitos estudos, principalmente pelos professores que atuam nas salas normais. Exige uma paciência maior, exige um olhar diferente e ninguém tem. É tudo muito corrido, todo mundo quer uma turma homogênea, ninguém quer trabalhar com o diferente. Então assim, eu acredito, nós temos alunos excelentes que acompanham, quando se trabalhado da maneira correta, eles tem condições. Acredito, luto por eles, sou chata, mas enfrento muito nariz torcido, muita cara feia. (ENTREVISTADA 2).

Evidenciam-se muitos movimentos nos dizeres da professora do AEE, principalmente no sentido de trazer à tona, aqueles discursos ditos e não ditos, que se expressam em práticas, consideradas “não politicamente corretas” em comparação a toda produção discursiva inclusiva contemporânea. Quando ela pronuncia que “[...] todo mundo quer uma turma homogênea, ninguém quer trabalhar com o diferente”, ela está evidenciando narrativas que não contemplam o discurso da diferença, de aceitação do outro, da inclusão com imperativo de Estado. E a entrevistada o faz apontando ao outro, ou seja, o outro é que não aceita e não quer. Fato corriqueiro uma vez que essas narrativas dificilmente aparecerão em primeira pessoa e ou na forma de eu, dado que o discurso da importância de incluir já está produzido e circulando pelos mais variados campos de saberes e adentrando nas mais variadas instituições sociais, como uma verdade. Aqui problematizamos o sentido dado

pela entrevistada quando menciona que luta por eles, porque eles não podem, ou são vistos como incapazes de lutar por si. Nessa condição, não só exerce o governo de si mesma, enquanto governo do outro, por meio de processos de vigia, por movimentos de luta como ela mesma denomina.

Na entrevista a seguir, também fica evidente um posicionamento que perpassa a constituição de si enquanto sujeito inserido no âmbito escolar, no sentido de assumir o discurso da inclusão e anunciá-lo, posicionando de forma clara que, para ela, não existe outro lugar no campo da educação fora do discurso inclusivo. A sua constituição como sujeito perpassa pela introspecção da inclusão como algo verdadeiro, a ponto de discursos contrários, além de não serem reconhecidos por ela, lhe causarem espanto.

Então está todo mundo se conscientizando que a inclusão é verdadeira, ela existe e vai existir sempre, não tem. Porque antigamente, nunca vou me esquecer, as pessoas falavam: vai trocar de governo e não vai ter mais, né gente. Como se fosse uma coisa que pudesse não ter mais, que pudesse cortar, gente, o que que é isso? Mas agente ouvia isso. Pra ti ver como as coisas mudaram graças a Deus. Então assim, eu ficava perplexa, como assim gurias não vai ter mais? O que que é isso? Aonde essas pessoas vão? Vão ser disseminadas? Então quer dizer... pelo amor de Deus chego a me emocionar quando eu digo isso, porque eu acho um absurdo, umas coisas assim perplexas que agente ouve das pessoas. (ENTREVISTADA 2).

Esse discurso reforça também movimentos de governamentalidade na esfera da biopolítica, que se destina a atingir não só os indivíduos, mas a população. O discurso da inclusão vai se valer dos mais variados campos de saberes: economia, educação, geografia, política para se (re) produzir e permanecer sendo dito e reproduzido, de forma a movimentar processos de subjetivação, na corrente da constituição de si. Nessa perspectiva, no campo educacional, estar fora desse emaranhado discursivo que concebe a inclusão como um

processo posto e necessário, provoca nas pessoas estranhamentos, ao mesmo tempo em que não é reconhecido.

A fala da supervisão em relação à perspectiva inclusiva traz para o campo das narrativas discursivas a consonância com a legislação, quase que pronuncia o que a legislação pertinente preconiza.

A minha perspectiva de educação inclusiva caminha no sentido de incluir a todos, preferencialmente na escola regular, ofertando recursos humanos e acessibilidade, para que a pessoa com deficiência tenha condições de uma vida digna e de exercer o seu direito como cidadão. (ENTREVISTADA 3).

Tomando os dizeres dos entrevistados como unidade analítica, e elencando o que era recorrente entre eles, pude evidenciar movimentos discursivos frente à inclusão que se convergem em relação ao objetivo final, mas que ao mesmo tempo se diferenciam, de acordo com o lócus de anunciação que o sujeito que dele se apropria, do discurso, se encontra.

Tecendo alguns apontamentos

Essa pesquisa se propôs a analisar como as Políticas de Inclusão, utilizando a educação como lócus privilegiado, operam sobre os sujeitos atingidos e quais as implicações que produzem nos contextos pesquisados. E possibilitou alguns apontamentos sustentados em recorrências discursivas dos sujeitos alcançados pelo AEE, por meio das entrevistas semiestruturadas.

O estudo do retrospecto legal possibilitou reafirmar que a proveniência da inclusão teve o seu nascimento dentro desse contexto legal, fomentado e influenciado por processos internacionais do reconhecimento e da sustentação do discurso da inclusão, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas

com Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU). Nesse sentido, a inclusão teve a sua emergência demarcada por movimentos de luta, e a sua garantia pela legislação.

De posse das entrevistas semiestruturadas, e na busca de possíveis recorrências discursivas, destacaram-se eixos analíticos como formas de dizeres interpelados pelo discurso predominante da inclusão. Dessa análise, surgiram possibilidades e alguns apontamentos no sentido de uma instauração discursiva proliferada via uma subjetivação que perpassa os sujeitos os constituindo, fato evidenciado nas entrevistas, como um conjunto de intenções que denotam o desejo de operar a inclusão, de que é necessário incluir e que o processo deve cumprir os preceitos legais.

Outro movimento que a pesquisa possibilitou destacar foi o não reconhecimento do discurso contrário à inclusão. O discurso que caminha na via contrária da inclusão sofre do que Foucault (2014) chamou de procedimentos de exclusão, que se constituem pelo não reconhecimento de certos dizeres, no caso desse estudo, os dizeres que negam a inclusão, e que não caminham sustentados na implantação de uma normalização social, não subjetivada por práticas inclusivas.

Demonstramos nessa pesquisa que o lócus que o sujeito ocupa dentro do discurso da inclusão delinea o olhar do mesmo. A posição que o indivíduo ocupa no processo inclusivo o constitui de ações e dizeres que pertencem a uma ordem discursiva, mas que tem curvas e ênfases específicas.

Nesse sentido, essa reflexão escrita se apresenta como uma possibilidade de problematização, e de maneira alguma tem a pretensão de trazer

apontamentos definitivos, mas sim de elencar alguns movimentos em curso no Brasil no âmbito da biopolítica e das práticas de governamentalidade, assim como suscitar novas problematizações e estudos no âmbito da inclusão.

Referências

BRASIL. CNE/CBE. **Resolução Nº 2, de 11 de setembro de 2011. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2016.

BRASIL. **Decreto nº. 7611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>. Acesso em: 27 maio 2016.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do adolescente. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 20 maio 2016.

BRASIL. **Lei Nº. 13. 005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.** Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/13005.htm>. Acesso em: 27 maio 2017.

BRASIL. **Lei Nº. 13. 146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 25 maio 2017.

BRASIL. **Lei Nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L4024.htm>. Acesso em: 28 maio 2017.

BRASIL. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 28 maio 2017.

BRASIL. MEC. SECADI. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, 1994. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192>. Acesso em: 29 maio 2017.

CASTELO BRANCO, Guilherme. **Michel Foucault: filosofia e biopolítica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

FOUCAULT, M. **A governamentalidade**. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1992, p. 277-293.

FOUCAULT, M. **O Sujeito e o poder**. In: DREYFUS, Hubert L. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Tradução de Vera Porto-Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995 b.

FOUCAULT, Michel, 1926-1984. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de setembro de 1970.** Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel, 1926-1984. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979), edição estabelecida por Michel Senellart; sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana;** tradução Eduardo Brandão; revisão da tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008 a. Coleção Tópicos.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia.** 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

LOPES, Maura Corcini; Fabris, Eli Henn. **Inclusão & Educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LOPES, Maura. C; RECH, Tatiana, L. **Inclusão, biopolítica e educação.** In: Educação. PUCRS, Porto Alegre, v.36, n. 2, maio/ago. 2013, p. 210-219.

MEC. **Declaração de Salamanca,** 1994. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2017.

RECH, Tatiana Luiza. **A inclusão educacional como estratégia biopolítica.** In: FABRIS, Elí T. Henn; KLEIN, Rejane Ramos. Organizadores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. P. 25-43.

REVEL, Judith, 1966. **Dicionário Foucault.** Tradução: Anderson Alexandre da Silva. Revisão técnica: Michel Jean Maurice Vincent. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. 202 p.

SARDAGNA, Helena V. **Práticas normalizadoras na educação especial: um estudo a partir da rede municipal de ensino de Novo Hamburgo – RS (1950 a 2007)**. Tese de doutorado – universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós- Graduação em Educação, 2008, 244p. Disponível em: www.repositorio.jesuita.org.br. Acesso em: 24 maio 2017.

SILVEIRA, Rosa Maria H. **A entrevista na pesquisa em educação: uma arena de significados**. In: COSTA, Marisa V. (Org.). Caminhos Investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p.119-142.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Governamentalidade, biopolítica e educação**. (PPT), 2014. Disponível em: <http://www.michelfoucault.com.br/?governamentalidade-br-biopolitica-e-educa%C3%A7%C3%A3o,59>. Acesso em: 23 maio 2017.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura C. **Inclusão e Governamentalidade**. *Revista Educação & Sociedade*. Campinas: vol. 28, n. 100 – Especial, p. 947-963, out. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1528100.pdf>. Acesso em: 10 maio 2017.